



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO

Requer Audiência Pública para debater sobre o tratamento da Hemofilia e a dependência tecnológica no setor.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara, requero realização de Audiência Pública para debater sobre o tratamento das coagulopatias hereditárias e a independência tecnológica no setor de hemoderivados do Brasil.

Convidados:

- Senhor José Agenor Álvares da Silva- Secretário Executivo do Ministério da Saúde
- Senhor Marcos Arraes – Presidente Interino da Hemobrás
- Sr Marinus Eduardo de V. Marsico- Procurador do Ministério Público Junto ao TCU
- Sr Ronaldo Meira de Vasconcellos Albo-Procurador Regional da República
- Sr. Celestino Chupel- Defensor Público do Distrito Federal

JUSTIFICATIVA

A Audiência Pública realizada em setembro do ano passado e requerida por este Deputado que tratou sobre “*a produção de hemoderivados e fatores recombinantes no Brasil*” cumpriu o seu papel ao comprovar que a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Tecnologia -HEMOBRAS-, de fato, está longe de alcançar a independência na



CÂMARA DOS DEPUTADOS

produção de hemoderivados para atender às demandas internas e dos fatores recombinantes para o tratamento da hemofilia.

Naquela oportunidade, este parlamentar asseverava que a HEMOBRAS titubeava em sua jornada não mais estratégica. A gestão pífia da Empresa estava bem definida nos Acórdão do TCU. Foi apontado, também, o desperdício de milhares de litros de plasma como efeito danoso da falta de planejamento na Hemorrede. Comentou-se, também, que contratos de transferência de tecnologia, inseridos em um contexto de incertezas, não estavam em sua execução plena.

No entanto, pior do que se imaginava naquele setembro, a OPERAÇÃO PULSO conduzida pela Polícia Federal e tornada pública três meses depois, demonstrou que a gestão fabril, além de temerária, era fraudulenta.

Passados seis meses desde aquela Audiência, urge requerer outra, não apenas para avaliar os efeitos dela, mas a eles somar fatos novos que agravam o tratamento dos hemofílicos, que mantêm o Brasil no atraso tecnológico e que dilapidam o valioso bem não- tangível da doação de sangue.

Os hemofílicos agonizam por conta de uma mudança no tratamento das coagulopatias, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde. O produto recombinante deixou de ser prioridade e isto ficou patente desde aquela Audiência até os dias de hoje. O pedido de produção deste fármaco tem sido menor em relação ao consumo que provoca a redução das doses por todo o Brasil, gerando um cenário de retrocesso no tratamento do paciente. Tratamento preventivo suspenso, morbidades previsíveis, cirurgias eletivas adiadas, qualidade de vida reduzida e aumento do risco de morte, são parte das consequências irreversíveis para gerações de pacientes. Em síntese, o tratamento dos hemofílicos piorou em curto espaço de tempo.

No campo tecnológico, a estagnação da transferência de conhecimento para a produção do recombinante está caracterizada por uma menor requisição deste produto, do Ministério da Saúde (MS) à HEMOBRAS, e desta à BAXTER. O contrato está sob ameaça de rescisão por demanda abaixo do acordado. Já no campo dos hemoderivados que envolve contrato com a “Laboratoire Francais du Franchionnemnet et des Biothechnologies” (LFB) estatal francesa, não se vislumbra produção plena para atender



CÂMARA DOS DEPUTADOS

o mercado interno, da imunoglobulina, o mais demandado, e do fator de coagulação VIII, o mais caro, sem desmerecer a importância dos outros hemoderivados.

Noutro giro, está em jogo o aproveitamento pleno das doações de sangue, em especial do plasma por uma ausência de gestão tripartite à altura da complexidade nacional que contemple sem retoques os processos de coleta, armazenagem e processamento. Com isso, perdem-se milhares de litros deste hemoderivado em um desrespeito ao doador. Enfim, a que Ente Federativo compete a gestão do plasma?

Finalizando a justificativa deste Requerimento, cabe destacar vultosa soma dos recursos orçamentário-financeiros aplicados nessa complexa teia do sangue e hemoderivados e de eficácia duvidosa. De início, é oportuno contabilizar os milhões de Reais aplicado nos contratos de transferência de tecnologia, desde 2007, até os dias de hoje sem haver garantido a independência tecnológica. Soma-se a este valor, os duzentos milhões de dólares deficitários no caixa da HEMOBRAS por defasagem cambial em suas transações comerciais demandadas pelo MS. Esta unidade fabril, pelo que tudo aponta, está insolvente. E por fim, como cenário dominante, está a caótica situação nacional com sua economia falida e desacreditada perante a comunidade mundial que já dilapida a saúde pública brasileira. As consequências para estes pacientes crônicos serão inconcebíveis.

Diante do exposto, solicito apoio dos meus pares para aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2016.

PAULO FOLETTO

Deputado Federal

PSB/ ES